

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 04 de setembro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0116/2018

Conselheira Relatora: *Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.059.049/2017-1 de 26/05/2017

Auto de Infração de Transporte nº 51221 - SEMOB - Valor: R\$5000,00

EMENTA

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO. RECURSO VOLUNTÁRIO. CONCESSIONÁRIA DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE TRANSPORTE. PRÁTICA DE INFRAÇÃO PREVISTA EM LEI MUNICIPAL Nº 5.766/2013. IMPOSSIBILIDADE LEGAL DE CONHECIMENTO DO RECURSO. INTEMPESTIVO. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. Requisitos de validade do recurso ficados no art. 71 da Lei nº 5.806 de 16 de abril de 2014. 2. Ausência de requisitos discriminados nos incisos I e II do dispositivo mencionado anteriormente. 3. Prazo de 30 dias para interposição do recurso de acordo com art. 13 da Lei 5.766 de 20 de dezembro de 2013, caracterizada a preclusão administrativa. 4. Contagem do prazo estabelecida no art. 76 da lei 5.806 de 16 de abril de 2014. 5. Homenagem aos princípios administrativo da legalidade, isonomia, segurança jurídica e à confiança devem orientar os órgãos administrativos. 6. Poder de autotutela da Administração, não deve ser confundido com a possibilidade de conhecer recurso com essa característica. 7. Recurso não conhecido. Subsistência do auto de infração. Decisão de primeira instância ratificada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Nicolau Jorge Budib; 3. Divalmo Pereira Mendonça; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Roberto Carloni de Assis e 6. Dauto Barbosa Castro Passare.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Drª. Thamiris de Oliveira Moraes.

Cuiabá, 10 de setembro de 2.018


Vitor de Oliveira Tavares
Presidente da Turma


Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira
Conselheira Relatora


Thamiris de Oliveira Moraes
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 04 de setembro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0117/2018

Conselheira Relatora: *Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.094.680/2017-1 de 28/08/2017

Auto de Infração de Transporte nº 50573 - SEMOB - Valor: R\$1000,00

EMENTA

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO. RECURSO VOLUNTÁRIO. CONCESSIONÁRIA DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE TRANSPORTE. PRÁTICA DE INFRAÇÃO PREVISTA EM LEI MUNICIPAL Nº 5.766/2013. IMPOSSIBILIDADE LEGAL DE CONHECIMENTO DO RECURSO. INTEMPESTIVO. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. Requisitos de validade do recurso ficados no art. 71 da Lei nº 5.806 de 16 de abril de 2014. 2. Ausência de requisitos discriminados nos incisos I e II do dispositivo mencionado anteriormente. 3. Prazo de 30 dias para interposição do recurso de acordo com art. 13 da Lei 5.766 de 20 de dezembro de 2013, caracterizada a preclusão administrativa. 4. Contagem do prazo estabelecida no art. 76 da lei 5.806 de 16 de abril de 2014. 5. Homenagem aos princípios administrativo da legalidade, isonomia, segurança jurídica e à confiança devem orientar os órgãos administrativos. 6. Poder de autotutela da Administração, não deve ser confundido com a possibilidade de conhecer recurso com essa característica. 7. Recurso não conhecido. Subsistência do auto de infração. Decisão de primeira instância ratificada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Nicolau Jorge Budib; 3. Divalmo Pereira Mendonça; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Roberto Carloni de Assis e 6. Dauto Barbosa Castro Passare.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Drª. Thamiris de Oliveira Moraes.

Cuiabá, 10 de setembro de 2.018

Vitor de Oliveira Tavares

Presidente da Turma

Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira

Conselheira Relatora

Thamiris de Oliveira Moraes

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 04 de setembro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0118/2018

Conselheira Relatora: *Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.094.676/2017-1 de 28/08/2017

Auto de Infração de Transporte nº 0456 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO. RECURSO VOLUNTÁRIO. CONCESSIONÁRIA DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE TRANSPORTE. PRÁTICA DE INFRAÇÃO PREVISTA EM LEI MUNICIPAL Nº 5.766/2013. IMPOSSIBILIDADE LEGAL DE CONHECIMENTO DO RECURSO. INTEMPESTIVO. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. Requisitos de validade do recurso ficados no art. 71 da Lei nº 5.806 de 16 de abril de 2014. 2. Ausência de requisitos discriminados nos incisos I e II do dispositivo mencionado anteriormente. 3. Prazo de 30 dias para interposição do recurso de acordo com art. 13 da Lei 5.766 de 20 de dezembro de 2013, caracterizada a preclusão administrativa. 4. Contagem do prazo estabelecida no art. 76 da lei 5.806 de 16 de abril de 2014. 5. Homenagem aos princípios administrativo da legalidade, isonomia, segurança jurídica e à confiança devem orientar os órgãos administrativos. 6. Poder de autotutela da Administração, não deve ser confundido com a possibilidade de conhecer recurso com essa característica. 7. Recurso não conhecido. Subsistência do auto de infração. Decisão de primeira instância ratificada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Nicolau Jorge Budib; 3. Divalmo Pereira Mendonça; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Roberto Carloni de Assis e 6. Dauto Barbosa Castro Passare.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Drª. Thamiris de Oliveira Moraes.

Cuiabá, 10 de setembro de 2.018

Vitor de Oliveira Tavares
Presidente da Turma

Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira
Conselheira Relatora

Thamiris de Oliveira Moraes
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 04 de setembro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0119/2018

Conselheira Relatora: *Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.094.674/2017-1 de 28/08/2017

Auto de Infração de Transporte nº 0455 - SEMOB - Valor: R\$ 1000,00

EMENTA

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO. RECURSO VOLUNTÁRIO. CONCESSIONÁRIA DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE TRANSPORTE. PRÁTICA DE INFRAÇÃO PREVISTA EM LEI MUNICIPAL Nº 5.766/2013. IMPOSSIBILIDADE LEGAL DE CONHECIMENTO DO RECURSO. INTEMPESTIVO. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. Requisitos de validade do recurso ficados no art. 71 da Lei nº 5.806 de 16 de abril de 2014. 2. Ausência de requisitos discriminados nos incisos I e II do dispositivo mencionado anteriormente. 3. Prazo de 30 dias para interposição do recurso de acordo com art. 13 da Lei 5.766 de 20 de dezembro de 2013, caracterizada a preclusão administrativa. 4. Contagem do prazo estabelecida no art. 76 da lei 5.806 de 16 de abril de 2014. 5. Homenagem aos princípios administrativo da legalidade, isonomia, segurança jurídica e à confiança devem orientar os órgãos administrativos. 6. Poder de autotutela da Administração, não deve ser confundido com a possibilidade de conhecer recurso com essa característica. 7. Recurso não conhecido. Subsistência do auto de infração. Decisão de primeira instância ratificada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto da Conselheira Relatora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Nicolau Jorge Budib; 3. Divalmo Pereira Mendonça; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Roberto Carloni de Assis e 6. Dauto Barbosa Castro Passare.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Drª. Thamiris de Oliveira Moraes.

Cuiabá, 10 de setembro de 2.018


Vitor de Oliveira Tavares
Presidente da Turma


Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira
Conselheira Relatora


Thamiris de Oliveira Moraes
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 11 de setembro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0120/2018

Conselheiro Relator: *Dauto Barbosa Castro Passare*

Recorrente: **ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Recurso Ex Officio Processo nº: 0.087.336/2017-1 de 07/08/2017

Auto de Infração e Apreensão nº 598/2017 - SMF - Valor: R\$ 4.364,64

EMENTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO. ISSQN. LANÇAMENTO EQUIVOCADO. INOBSERVÂNCIA DOS CRITÉRIOS ADOTADOS PELO SISTEMA. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECONHECIDA. CONSELHO DE RECURSO FISCAL. RECURSO EX OFFÍCIO. RECURSO NÃO PROVIDO. A questão de intempestividade não obsta o julgamento das matérias de ordem pública, pois, o próprio julgador, percebendo a invalidade da exação, deve declarar desde logo a imunidade, significando dizer que o reconhecimento da imunidade tributária não depende da provocação da parte interessada, de modo que, a Constituição Federal (art. 150, inciso VI, alínea “c”) e Estadual (art. 150, inciso VI, alínea “c”), bem como o Código Tributário Municipal (art. 361) vedam os entes da Federação, instituir impostos sobre o patrimônio, a renda ou serviços. Recurso de ofício a que se nega provimento. Auto de Infração cancelado ratificando a decisão de 1ª Instância.

ACÓRDÃO


Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Ex Officio e nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Samuel Barrem da Silva; 2. Roberto Carloni de Assis; 3. Helenise Aparecida L de Souza Ferreira; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Marcelo Daubian Paes de Barros e 6. Divalmo Pereira Mendonça.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr^a. Thamiris de Oliveira Moraes.

Cuiabá, 11 de setembro de 2.018


Vitor de Oliveira Tavares
Presidente da Turma


Dauto Barbosa Castro Passare
Conselheiro Relator


Thamiris de Oliveira Moraes
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de setembro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0121/2018

Conselheiro Relator: *Reginaldo Conceição Amorim*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.105.247/2017-1 de 25/09/2017

Auto de Infração nº 2614 - SEMOB - Valor: R\$250,00

EMENTA

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Auto de Infração mantido a ser recolhido com as cominações legais.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. . Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Elias Correia Pedrozo e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 13 de setembro de 2.018

Luiz Mário Massad G da Silva

Presidente da Turma

Reginaldo Conceição Amorim

Conselheiro Relator

Rober Caio Martins Ribeiro
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de setembro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0122/2018

Conselheiro Relator: *Reginaldo Conceição Amorim*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.105.260/2017-1 de 25/09/2017

Auto de Infração nº 2613 - SEMOB - Valor: R\$250,00

EMENTA

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Auto de Infração mantido a ser recolhido com as cominações legais.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Elias Correia Pedrozo e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 13 de setembro de 2.018

Luiz Mário Massad G da Silva

Presidente da Turma

Reginaldo Conceição Amorim

Conselheiro Relator

Rober Caio Martins Ribeiro

Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de setembro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0123/2018

Conselheiro Relator: *Reginaldo Conceição Amorim*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.105.246/2017-1 de 25/09/2017

Auto de Infração nº 2615 - SEMOB - Valor: R\$250,00

EMENTA

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Auto de Infração mantido a ser recolhido com as cominações legais.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. . Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Elias Correia Pedrozo e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 13 de setembro de 2.018

Luiz Mário Massad G da Silva

Presidente da Turma

Reginaldo Conceição Amorim

Conselheiro Relator

Rober Caio Martins Ribeiro

Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de setembro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0124/2018

Conselheiro Relator: *Reginaldo Conceição Amorim*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.105.261/2017-1 de 25/09/2017

Auto de Infração nº 0477 - SEMOB - Valor: R\$ 413,00

EMENTA

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INTEMPESTIVO - DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 13 DA LEI Nº 5.766/2013 C/C ARTIGO 71, I DA LEI Nº 5.806/14 - RECURSO NÃO CONHECIDO - AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora do prazo fixado na notificação da decisão do julgamento de primeira instância. Decisão de 1ª Instância ratificada. Auto de Infração mantido a ser recolhido com as cominações legais.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Jaime Marcelino Ferreira Júnior; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Elias Correia Pedrozo e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 13 de setembro de 2.018

Luiz Mário Massad G da Silva
Presidente da Turma

Reginaldo Conceição Amorim
Conselheiro Relator

Rober Caio Martins Ribeiro
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 19 de setembro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0125/2018

Conselheiro Relator: *Elias Correia Pedrozo*

Recorrente: **ALOCAR LOTAÇÃO LTDA -EPP**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.049.890/2017-1 de 04/05/2017

Auto de Infração nº 51390 - SEMOB - Valor: R\$86,00

EMENTA

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO - VIOLAÇÃO DA LEI N. 5.921/2015 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS - PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS – FIXAÇÃO OBJETIVA DO VALOR DA MULTA – APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – RATIFICANDO A DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Marcel Jose Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Reginaldo Conceição Amorim e 6. Onofre Russo Filho

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 19 de setembro de 2.018

João Tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma

Elias Correia Pedrozo
Conselheiro Relator

Rober Caio Martins Ribeiro
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 19 de setembro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0126/2018

Conselheiro Relator: ***Elías Correia Pedrozo***

Recorrente: **ALOCAR LOTAÇÃO LTDA -EPP**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.092.119/2017-1 de 29/08/2017

Auto de Infração nº 51901 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO - VIOLAÇÃO DA LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS - PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS – FIXAÇÃO OBJETIVA DO VALOR DA MULTA – APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – RATIFICANDO A DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Marcel Jose Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Reginaldo Conceição Amorim e 6. Onofre Russo Filho

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro,

Cuiabá, 19 de setembro de 2.018

João Tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma

Elías Correia Pedrozo
Conselheiro Relator

Rober Caio Martins Ribeiro
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 25 de setembro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0127/2018

Conselheiro Relator: *Roberto Carloni de Assis*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.046.330/2018-1 de 03/05/2018

Auto de Infração de Transporte nº 70569 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

TRANSPORTE COLETIVO. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM DE SERVIÇO DA SEMOB. DESCUMPRIMENTO DE HORÁRIO. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADO. RECURSO INTEMPESTIVO. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. 1. O não cumprimento dos horários estabelecidos na OSO, além de causar prejuízo aos usuários do transporte público, configura infração tipificada no inciso II do artigo 1º da Lei 5.766/13, combinado com o anexo I, grupo III, código “e”. ademais não há que ser reconhecido o recurso interposto fora do prazo estabelecido no artigo 13 do Decreto nº 5.766 de 20/12/2013. Auto de Infração mantido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Divalmo Pereira Mendonça; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Benedita Madaleno da Costa e 6. Dauto Barbosa Castro Passare.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr^a. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 26 de setembro de 2.018


Vitor de Oliveira Tavares
Presidente da Turma


Roberto Carloni de Assis
Conselheiro Relator


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 25 de setembro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0128/2018

Conselheiro Relator: *Roberto Carloni de Assis*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.046.322/2018-1 de 03/05/2018

Auto de Infração de Transporte nº 70193 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

TRANSPORTE COLETIVO. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM DE SERVIÇO DA SEMOB. DESCUMPRIMENTO DE HORÁRIO. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADO. RECURSO INTEMPESTIVO. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. 1. O não cumprimento dos horários estabelecidos na OSO, além de causar prejuízo aos usuários do transporte público, configura infração tipificada no inciso II do artigo 1º da Lei 5.766/13, combinado com o anexo I, grupo III, código “e”. ademais não há que ser reconhecido o recurso interposto fora do prazo estabelecido no artigo 13 do Decreto nº 5.766 de 20/12/2013. Auto de Infração mantido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Divalmo Pereira Mendonça; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Benedita Madaleno da Costa e 6. Dauto Barbosa Castro Passare.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr^a. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 26 de setembro de 2.018


Vitor de Oliveira Tavares
Presidente da Turma


Roberto Carloni de Assis
Conselheiro Relator


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 25 de setembro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0129/2018

Conselheiro Relator: *Roberto Carloni de Assis*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.046.342/2018-1 de 03/05/2018

Auto de Infração de Transporte nº 70478 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

TRANSPORTE COLETIVO. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM DE SERVIÇO DA SEMOB. DESCUMPRIMENTO DE HORÁRIO. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADO. RECURSO INTEMPESTIVO. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. 1. O não cumprimento dos horários estabelecidos na OSO, além de causar prejuízo aos usuários do transporte público, configura infração tipificada no inciso II do artigo 1º da Lei 5.766/13, combinado com o anexo I, grupo III, código “e”. ademais não há que ser reconhecido o recurso interposto fora do prazo estabelecido no artigo 13 do Decreto nº 5.766 de 20/12/2013. Auto de Infração mantido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Divalmo Pereira Mendonça; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Benedita Madaleno da Costa e 6. Dauto Barbosa Castro Passare.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr^a. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 26 de setembro de 2.018


Vitor de Oliveira Tavares
Presidente da Turma


Roberto Carloni de Assis
Conselheiro Relator


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 25 de setembro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0130/2018

Conselheiro Relator: *Roberto Carloni de Assis*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.046.403/2018-1 de 03/05/2018

Auto de Infração de Transporte nº 70200 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

TRANSPORTE COLETIVO. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM DE SERVIÇO DA SEMOB. DESCUMPRIMENTO DE HORÁRIO. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADO. RECURSO INTEMPESTIVO. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. 1. O não cumprimento dos horários estabelecidos na OSO, além de causar prejuízo aos usuários do transporte público, configura infração tipificada no inciso II do artigo 1º da Lei 5.766/13, combinado com o anexo I, grupo III, código “e”. ademais não há que ser reconhecido o recurso interposto fora do prazo estabelecido no artigo 13 do Decreto nº 5.766 de 20/12/2013. Auto de Infração mantido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Divalmo Pereira Mendonça; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Benedita Madaleno da Costa e 6. Dauto Barbosa Castro Passare.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr^a. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 26 de setembro de 2.018


Vitor de Oliveira Tavares
Presidente da Turma


Roberto Carloni de Assis
Conselheiro Relator


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 25 de setembro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0131/2018

Conselheiro Relator: *Roberto Carloni de Assis*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.046.346/2018-1 de 03/05/2018

Auto de Infração de Transporte nº 70570 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

TRANSPORTE COLETIVO. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM DE SERVIÇO DA SEMOB. DESCUMPRIMENTO DE HORÁRIO. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADO. RECURSO INTENESTIVO. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. 1. O não cumprimento dos horários estabelecidos na OSO, além de causar prejuízo aos usuários do transporte público, configura infração tipificada no inciso II do artigo 1º da Lei 5.766/13, combinado com o anexo I, grupo III, código “e”. ademais não há que ser reconhecido o recurso interposto fora do prazo estabelecido no artigo 13 do Decreto nº 5.766 de 20/12/2013. Auto de Infração mantido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Divalmo Pereira Mendonça; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Benedita Madaleno da Costa e 6. Dauto Barbosa Castro Passare.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr^a. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 26 de setembro de 2.018


Vitor de Oliveira Tavares
Presidente da Turma


Roberto Carloni de Assis
Conselheiro Relator


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 26 de setembro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0132/2018

Conselheira Relatora: ***Benedita Madaleno da Costa***

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.105.762/2017-1 de 26/09/2017

Auto de Infração nº 0489 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

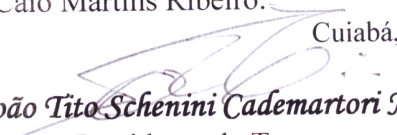
TRANSPORTE COLETIVO. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM DE SERVIÇO DA SEMOB. DESCUMPRIMENTO DE HORÁRIO. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADO. RECURSO INTEMPESTIVO. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. 1. O não cumprimento dos horários estabelecidos na OSO, além de causar prejuízo aos usuários do transporte público, configura infração tipificada no inciso II do artigo 1º da Lei 5.766/13, combinado com o anexo I, grupo III, código “e”. ademais não há que ser reconhecido o recurso interposto fora do prazo estabelecido no artigo 13 do Decreto nº 5.766 de 20/12/2013. Auto de Infração mantido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Marcel Jose Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Elias Correia Pedrozo; 5. Reginaldo Conceição Amorim e 6. Benedito oscar Fernandes de Campos

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 19 de setembro de 2.018


João Tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma


Benedita Madaleno da Costa
Conselheira Relatora


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 26 de setembro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0133/2018

Conselheira Relatora: *Benedita Madaleno da Costa*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.105.760/2017-1 de 26/09/2017

Auto de Infração nº 0488 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

TRANSPORTE COLETIVO. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM DE SERVIÇO DA SEMOB. DESCUMPRIMENTO DE HORÁRIO. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADO. RECURSO INTEMPESTIVO. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. 1. O não cumprimento dos horários estabelecidos na OSO, além de causar prejuízo aos usuários do transporte público, configura infração tipificada no inciso II do artigo 1º da Lei 5.766/13, combinado com o anexo I, grupo III, código “e”. ademais não há que ser reconhecido o recurso interposto fora do prazo estabelecido no artigo 13 do Decreto nº 5.766 de 20/12/2013. Auto de Infração mantido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Marcel Jose Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Elias Correia Pedrozo; 5. Reginaldo Conceição Amorim e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 19 de setembro de 2.018

João Tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma

Benedita Madaleno da Costa
Conselheira Relatora

Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 26 de setembro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0134/2018

Conselheira Relatora: *Benedita Madaleno da Costa*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.105.770/2017-1 de 26/09/2017

Auto de Infração nº 51246 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

TRANSPORTE COLETIVO. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM DE SERVIÇO DA SEMOB. DESCUMPRIMENTO DE HORÁRIO. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADO. RECURSO INTEMPESTIVO. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. 1. O não cumprimento dos horários estabelecidos na OSO, além de causar prejuízo aos usuários do transporte público, configura infração tipificada no inciso II do artigo 1º da Lei 5.766/13, combinado com o anexo I, grupo III, código “e”. ademais não há que ser reconhecido o recurso interposto fora do prazo estabelecido no artigo 13 do Decreto nº 5.766 de 20/12/2013. Auto de Infração mantido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Marcel Jose Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Elias Correia Pedrozo; 5. Reginaldo Conceição Amorim e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 19 de setembro de 2.018

João Tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma

Benedita Madaleno da Costa
Conselheira Relatora

Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 26 de setembro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0135/2018

Conselheira Relatora: *Benedita Madaleno da Costa*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.105.765/2017-1 de 26/09/2017

Auto de Infração nº 2733 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

TRANSPORTE COLETIVO. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM DE SERVIÇO DA SEMOB. DESCUMPRIMENTO DE HORÁRIO. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADO. RECURSO INTIMPESTIVO. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. 1. O não cumprimento dos horários estabelecidos na OSO, além de causar prejuízo aos usuários do transporte público, configura infração tipificada no inciso II do artigo 1º da Lei 5.766/13, combinado com o anexo I, grupo III, código “e”. ademais não há que ser reconhecido o recurso interposto fora do prazo estabelecido no artigo 13 do Decreto nº 5.766 de 20/12/2013. Auto de Infração mantido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Marcel Jose Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Elias Correia Pedrozo; 5. Reginaldo Conceição Amorim e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr. Rober Caio Martins Ribeiro.

Cuiabá, 19 de setembro de 2.018

João Tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma

Benedita Madaleno da Costa
Conselheira Relatora

Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SESSÃO PLENÁRIA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 27 de setembro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0136/2018

Conselheiro Relator: *Roberto Carloni de Assis*

Recorrente: **ÁBACO TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Pedido de Reconsideração - Acórdão 086/2018 - Processo nº: 0.086.961/2017-1 de 18/06/2018

Auto de Infração e Apreensão nº 050817/2016 - SMF - Valor: R\$ 4.994.618,00

EMENTA

DIREITO CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO EM FACE DE DECISÃO ADMINISTRATIVA DE 2ª INSTÂNCIA (ARTIGO 63 DO DECRETO 4.510/2006). INOBSERVÂNCIA A PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. MATÉRIA APRECIADA PELA 2ª TURMA JULGADORA. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NÃO CONHECIDO. Verifica-se que o pedido de reconsideração versa sobre matéria de fato ou fundamento de direito já apreciado em julgamento anterior. Inobservância do Princípio da Dialeiticidade. Recorrente deixou de ser pontual à decisão recorrida, repetindo o recurso julgado pela 2ª turma julgadora, sem apresentar qualquer fato novo. Recurso não conhecido. Decisão da 2ª Turma julgadora mantida na íntegra.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **sessão plenária**, sob a Presidência do Senhor Benedito Oscar Fernandes de Campos, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Pedido de Reconsideração interposto pela inobservância do Princípio da Dialeiticidade e nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar o Acórdão nº 086/2018** da 2ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. João Tito S Cademartori Neto; 2. Benedita Madaleno da Costa; 3. Marcelo Daubian Paes de Barros; 4. Deivison Rooselt do Couto; 5. Marcel José Lopes Peres; 6. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 7. Reginaldo Conceição de Amorim; 8. Roberto Minoru Ossotani; 09. Divalmo Pereira Mendonça e 10. Nicolau Jorge Budib.

O Conselheiro Elias Correia Pedrozo se deu por impedido por foro íntimo.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município, Drª Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 27 de setembro de 2.018

Roberto Carloni de Assis

Conselheiro Relator

Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

Benedito Oscar Fernandes de Campos

Presidente